

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA CAROLINA LINS DA COSTA SILVA

**DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E RELAÇÕES RACIAIS
NAS PÁGINAS DO *MULHERIO* (1980 – 1988)**

Maceió-AL

2023

MARIA CAROLINA LINS DA COSTA SILVA

**DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E RELAÇÕES RACIAIS
NAS PÁGINAS DO *MULHERIO* (1980 – 1988)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Barboza de Carvalho.

Maceió-AL

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C626a Silva, Maria Carolina Lins da Costa.
Direitos humanos : violência contra a mulher e relações raciais nas páginas do
Mulherio (1980 – 1988) / Maria Carolina Lins da Costa Silva. – 2023.
55 f. : il.

Orientador: Danilo Luiz Marques.

Co-orientadora: Simone Barboza de Carvalho.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 53-55.

1. Direitos humanos - História. 2. Feminismo. 3. Violência. 4. Raças. I. Título.

CDU: 396

In Memoriam

Para Paula Palamartchuk.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Danilo Luiz Marques e minha coorientadora e avaliadora Simone Barboza, pela amizade e acolhimento num momento tão difícil.

Aos meus familiares, minha mãe, avó e madrinha, por todo apoio e investimento para que isso fosse possível.

Agradeço à minha irmã Polly e minha melhor amiga Eras, por vibrarem pelas minhas conquistas.

Aos meus amigos de curso, Fabrícia Santana, Bruna Pereira, Nathalia Ourives, Tâmara Duarte, Leonardo Amaral e Leonardo Simião, por toda relação afetuosa e parceria durante todo esse ciclo.

Aos meus amigos de turma, Marcelo Dias e Gustavo Bento, que são meus grandíssimos parceiros desde o dia que coloquei meus pés no ICHCA.

Ao meu casal de amigos, Juliana Cardoso e Lucas Maia, agora compadres, por todas as caronas, que sempre terminavam numa mesa de bar.

Agradeço à minha amiga Lara Lins, por estar presente nos últimos meses, tornando a vida mais leve.

Ao meu companheiro Alcyr Vergetti, por proporcionar um ambiente tranquilo e silencioso para o desenvolvimento da minha escrita e por me presentear com a versão impressa de todas as fontes e artigos que precisei para a construção desta pesquisa.

Ao amigo Pedro Joaquim, com quem aprendi tanto sobre o ofício da docência no Programa de Residência Pedagógica.

Agradeço a todos os excelentes professores que tive durante esse percurso, em especial, Anderson da Silva Almeida, por aceitar participar da defesa deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Alagoas, pública e gratuita, sem essas condições eu não poderia realizar esse sonho.

Mas agradeço, principalmente, à Paula Palamartchuk e Caroline Alcantara, por todo afeto que se fez essencial para que eu não desistisse. Por toda confiança e por me fortalecerem tanto. Sem elas nada disso seria possível. Minhas conquistas não são individuais.

“Você pode me riscar da História
com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou
me levantar.”

Still I Rise, Maya Angelou.

RESUMO

Em meados dos anos 1970, o movimento de mulheres e feministas tornavam suas reivindicações bastante popularizadas na Europa e nos Estados Unidos. A Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, que ocorreu no México em 1975, favoreceu as discussões e reflexões acerca da condição feminina no cenário internacional. Inicia-se uma movimentação no campo dos estudos sobre a “mulher brasileira”, suas condições de trabalho, tipos de ocupação, escolaridade, saúde, planejamento familiar, emancipação da mulher, cidadania e violência. Neste contexto, desencadeou-se, paralelamente aos movimentos sociais de mulheres, uma produção científica no âmbito da academia. Estudos e pesquisas sobre as mulheres brasileiras têm início como parte dessa agenda internacional e são coordenados e, em grande medida, iniciados na Fundação Carlos Chagas, que possuía aporte financeiro da Fundação Ford (EUA) e que também foi destinado para o jornal feminista *Mulherio*. O presente trabalho busca entender esse processo e, em especial, como se deram as discussões sobre violência contra as mulheres e racismo nas páginas do *Mulherio*.

Palavras-chave: História dos Direitos Humanos. Feminismo. Violência. Raça.

ABSTRACT

In the mid-1970s, the women's and feminist movement made their demands broadly popular in Europe and the United States. The World Conference of the International Women's Year, which took place in Mexico in 1975, boosted discussions and reflections on the female condition on the international scenario. This caused the beginning of several studies on the "Brazilian woman", her working conditions, types of occupation, education, health, family planning, women's emancipation, citizenship and violence. In this context, the academic scientific production raise in parallel with women's social movements. Studies and research on Brazilian women begin as part of this international agenda and are initiated and coordinated by the Carlos Chagas Foundation, which had financial support from the Ford Foundation (USA) and which also had the feminist newspaper Mulherio as subject. This work seeks to understand this process and how discussions about violence against women and racism took place on the pages of Mulherio.

Keywords: History of Human Rights. Feminism. Violence. Race.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: OS FEMINISMOS NO SURGIMENTO DO <i>MULHERIO</i>	13
1.1 A Guerra Fria e os intelectuais brasileiros	13
1.2 Partidos x Feminismo e o surgimento do <i>Mulherio</i>	16
CAPÍTULO II: MULHER, RAÇA E CLASSE	24
2.1 As “Ondas” e seus silenciamentos	24
2.2 As discussões de Lélia Gonzalez sobre raça no <i>Mulherio</i>	26
CAPÍTULO III: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	38
3.1 A atuação do SOS-Mulher	38
3.2 A mobilização feminista nos casos de violência	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado do projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado *Mulherio: transição democrática, direitos humanos e movimentos sociais no Brasil (1979-1988)*, coordenado pela professora Ana Paula Palamartchuk (*in memoriam*), entre os anos de 2020 e 2022. Através deste projeto, me aproximei das discussões acerca da atuação das mulheres, organizadas em movimentos sociais, no período de redemocratização do Brasil.

A partir da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México em 1975, há um incentivo no campo dos estudos diagnósticos sobre a “mulher brasileira”, em especial, suas condições de trabalho, tipo de ocupação e escolaridade.

No Brasil, apesar de toda repressão policial de estado e fechamento do regime militar à oposição política e às reivindicações dos movimentos sociais, a partir de 1974 opera-se alguma distensão que dá início ao chamado processo de transição democrática.

O governo brasileiro vai se integrando aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e, em especial, na agenda internacional sobre as mulheres. É neste contexto que estudos e pesquisas sobre as mulheres brasileiras tem início como parte dessa agenda internacional.

Essa agenda de pesquisa se realiza a partir da proposta de ação dos EUA, na Conferência Geral da ONU de outubro de 1974, que estipula programas interdisciplinares, no âmbito da UNESCO para fomentar a integração da mulher no desenvolvimento geral, social e econômico, disponibilizando recursos editoriais, fomento de seminários e conferências.

Dentro do aporte financeiro da Fundação Ford (EUA) à Fundação Carlos Chagas (FCC), uma porcentagem é destinada para o jornal feminista *Mulherio*. A partir desses financiamentos, desencadeou-se, paralelamente a atividade militante e organizada, uma produção científica no âmbito da academia. Isso são indícios da articulação, no

Brasil, dessa agenda internacional.

Utilizo como principais fontes os periódicos do jornal *Mulherio*, disponíveis no Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas.¹ O jornal era formado por um grupo de pesquisadoras de São Paulo, e tinha como propósito fazer intercâmbios com grupos de outros estados – que também investigavam a condição da mulher no Brasil.

Mas que mulheres são essas retratas no *Mulherio*? Apesar da declaração publicada em seu primeiro número, onde o jornal se coloca como um lugar para discutir todas as questões sobre todas as mulheres, sem vertentes estabelecidas, é possível perceber uma posição do jornal através de seus silenciamentos.

A principal inquietação que surgiu nessa investigação, trata-se da hegemonização do movimento feminista, que é comumente encontrada na pesquisa histórica, caracterizando os períodos como “ondas feministas”, que prioriza o protagonismo de “algumas”, em detrimento do apagamento da narrativa de “outras”. Nesse sentido, busco investigar como a violência contra as mulheres e as relações raciais são entendidas e demonstradas pelo *Mulherio*.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos: 1. *Os feminismos no surgimento do Mulherio*, busco apresentar uma discussão entre as obras de Elizabeth Cancelli (2017), Júlio Barnez Pignata Cattai e Wanderson da Silva Chaves (2019), para pensar como se desenvolveu essa agenda internacional no Brasil, e como o movimento feminista estava organizado nesse momento em que o jornal *Mulherio* surge; 2. *Mulher, raça e classe*, trago algumas reflexões acerca do pensar interseccional de Lélia Gonzalez, presentes nas páginas das fontes, como também a ausência dele nos artigos de outras autoras do jornal; 3. *Violência contra a mulher*, busco compreender como o movimento feminista atuou para enfrentar os casos de violência da época.

¹ Podem ser consultados no site: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>

CAPÍTULO I

OS FEMINISMOS NO SURGIMENTO DO *MULHERIO*

1.1 A Guerra Fria e os intelectuais brasileiros

Em setembro de 1947, nasce do encontro de nove Partidos Comunistas (Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia, França, Tchecoslováquia, Itália e União Soviética), o *Cominform* (Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários). O *Cominform* foi uma organização internacional sob a liderança do Partido Comunista da URSS, que agia através de intercâmbios de informações, como também coordenava algumas ações dos partidos comunistas pelo mundo. Dentre essas ações, pode-se citar a campanha “*Ofensiva pela Paz*”, que atuou no mundo inteiro até o final dos anos de 1980.²

A primeira ação da campanha “*Ofensiva pela Paz*” ocorreu ainda em 1947. Foi elaborada uma carta, assinada por 12 intelectuais soviéticos, remetida aos “Escritores e homens de cultura dos Estados Unidos”, que alertava o fascismo e imperialismo de *Wall Street*. Posteriormente, na Polônia, ocorreu o *Congresso Internacional de Intelectuais*, que definiu quando seria realizada a primeira *Conferência Científica e Cultural para a Paz Mundial*.³

Em março de 1949, organizada pela *Cominform*, ocorre em Nova Iorque a *Conferência Científica e Cultural para a Paz Mundial*. Neste grande evento, que reuniu aproximadamente 800 pessoas, foram tecidas diversas críticas à ausência de liberdade intelectual e individual, como também à política externa estadunidense. Tal acontecimento seria o propulsor para a criação do *Congresso pela Liberdade da Cultura* (CCF) – como resposta aos comunistas. O primeiro CCF ocorreu em junho de 1950, em Berlim.

² CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil na Guerra Fria Cultural. O pós-guerra em releitura*. São Paulo: Entremeios/USP, 2017, p. 11.

³ *Ibid.*, 2017, p. 11.

Ao assumir todos os gastos do encontro do CCF, que reuniu 118 intelectuais, de 21 países, e cerca de 10 mil pessoas, o governo norte-americano, através da CIA, acabava por estruturar o apoio a ações culturais e intelectuais dentro e fora dos Estados Unidos.⁴

Na agenda do CCF encontramos o interesse em intelectuais e artistas de todo o mundo, através de financiamento de viagens, colóquios, congressos e periódicos. Dentre esses periódicos, encontra-se a revista *Cadernos Brasileiros* (1959-1970). Cancelli (2017) salienta que após receber o apoio desses artistas, escritores e jornalistas da América Latina, o foco estadunidense se volta aos estudantes universitários.

Após a Segunda Guerra Mundial, o medo estadunidense da propagação da ideologia comunista era evidente, como estratégia política defenderam e executaram a expansão dos conceitos sobre democracia a partir da experiência dos EUA, pois a democracia com proporções internacionais protegeria a política interna do país. Para essa expansão ser concretizada, necessitaria da articulação dos intelectuais da época, sendo assim, através de programas e projetos, investiram nas ciências políticas e sociais, em países como o Brasil (sob regime ditatorial), para a formação de uma elite intelectual, com o intuito de implementar uma agenda de “transição democrática”:

Essa modalidade de investimentos, em expansão e realizada mediante esforços mútuos com órgãos federais de fomento como a Capes, ajudava a estabelecer, não apenas na Ciência Política, a proposta de formar quadros intelectuais dedicados a diagnosticar, sob rubricas como “democratização”, “descompressão”, “distensão” e “transição”, modalidades de ação política e de mudanças que, como artes de governo, fossem adequadas à pretendida refundação de um Estado de Direito.⁵

Com essas “elites intelectuais” formadas, o papel desses intelectuais seria guiar regimes fechados, de sociedades “subdesenvolvidas”, como o Brasil, para transitarem à democracia. Acreditava-se, portanto, que o ativismo dessas elites estabeleceriam as instituições.

Os intelectuais norte-americanos compreendiam que a política da ditadura que

⁴ Ibid., 2017, p. 16.

⁵ CATTAL, Júlio Barnez Pignata; CHAVES, Wanderson da Silva. “**Transição política**” e **ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 39, nº 82, 2019, p. 210.

operava no intuito de institucionalizar pilares de ordem e segurança, necessitava de ajustes que permitissem a continuidade do regime. Defendiam também que o Golpe de 1964 estabeleceu relações mais adequadas entre indivíduos e o Estado, o que proporcionou a modernização capitalista no Brasil.⁶ Sendo assim, acreditava-se que o Estado de Direito deveria ser reestabelecido através de uma transição, sem rupturas.

Nicolas Guilhot aponta que essas “teorias de democratização” ganharam espaço através da diminuição dos projetos de revolução dos anos de 1960, ocupando assim, o lugar dos mesmos. Observa também a apropriação dos direitos humanos ao discurso da defesa da democracia, que antes exercia uma crítica ao poder, passa a conciliar-se ao próprio poder, através da legitimidade de leis, do Direito e do Estado.⁷

No Brasil, desde os anos 1970, esse conjunto de premissas vinha sendo acolhido na política institucional e na vida intelectual do país por meio de um debate nacional sobre a retomada do Estado de Direito, a recomposição dos chamados direitos individuais e a retomada da “questão social”, que, como já se encontra bastante estabelecido na literatura (Green, 2009), se faziam com fortes incentivos internacionais. Estabeleceu-se, no país, na forma de incentivos para a formação de uma agenda de trabalho intelectual, no qual pautaram-se um crescente interesse por uma nova governança, moralidade pública e formas de exercício do poder, e um renovado debate sobre que papéis a modernidade capitalista poderia exercer no enraizamento de uma ordem democrática no Brasil.⁸

Essas análises sobre a transição democrática no Brasil são extremamente importantes, pois nos dão embasamento para entendermos como os intelectuais e militantes de movimentos sociais no Brasil, muito atuantes no período, foram influenciados pela ideologia estadunidense.⁹ É importante ressaltar que esses investimentos citados anteriormente, foram feitos pela CIA e fundações de caráter filantrópicas norte-americanas. Após uma denúncia feita pelo jornal *The New York Times*, em 1966, sobre essa ligação com a CIA, o CCF precisou reestruturar-se e

⁶ Ibid., 2019, p. 207.

⁷ GUILHOT, 2005, apud CATTAL; CHAVES, ibid., 2019, p. 201.

⁸ GREEN, 2009, apud CATTAL; CHAVES, ibid., 2019, p. 201.

⁹ É importante ressaltar que, apesar dessa influência, não podemos desconsiderar a autonomia dos movimentos sociais e suas estratégias ao se apropriarem desses recursos para a realização de suas agendas.

passou a se chamar *International Association of Cultural Freedom* (IACF), tendo como principal investidor a Fundação Ford. Fundação esta que tinha ligação com o jornal que esta pesquisa se propõe analisar, o *Mulherio* (1981 – 1988).

1.2 Partidos x Feminismo e o surgimento do *Mulherio*

Para além de compreender o contexto da Guerra Fria que precede o surgimento do jornal *Mulherio*, como também ocorre em seu curso, é necessário a compreensão acerca das discussões e reflexões especificamente feministas do período.

A declaração da ONU de 1975 como ano internacional da mulher e os anos entre 1975 e 1985, como a década da mulher, teve repercussão para uma parcela do movimento feminista brasileiro. Foram criados diversos grupos de conscientização e assim as discussões feministas saíram do âmbito privado para o público.¹⁰

Muitas feministas brasileiras, no exílio, participaram das discussões e ações do movimento feminista na Europa e com a Anistia política em 1979, trouxeram suas teorias na bagagem. Grande parcela delas tinham vinculação com partidos de esquerda e lutavam contra a ditadura militar, porém havia muita insatisfação com a secundarização da pauta feminista, o que acabou tensionando as militâncias.

É importante frisar que durante o *III Congresso da Mulher Paulista*, em 1981, essa tensão se aprofundou. Neste momento, essas feministas passaram a se organizar através de entidades em universidades, ONGs e em recém fundados Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher.

Desencadeou-se, paralelamente a essa atividade militante e organizada, uma produção científica no âmbito da academia, desenvolvida a partir do interesse de muitas profissionais ligadas aos setores de pesquisa universitária acadêmica sobre questionamentos a respeito da condição da mulher.¹¹

¹⁰ GOMES, Cárita Chagas. DELGADO, Herleide Herculano. **Mulheres e transição democrática brasileira (1975-1988): inserção da mulher no espaço público como um passo à democracia.** Revista de Teorias das Democracia e Direitos Políticos | Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 249 – 270 | Jan/Jun. 2016.

¹¹ Ibid., 2016, p. 259.

Nesse cenário acadêmico nasceu o jornal *Mulherio*. Financiado pela Fundação Carlos Chagas, até 1984, que era composto por um grupo de pesquisadoras de São Paulo, e tinha como propósito fazer intercâmbios com grupos de outros estados – que também investigavam a condição da mulher no Brasil. O jornal também contou com o financiamento da Fundação Ford.¹²

Em sua edição de nº 6, de março-abril de 1982, com capa especialmente dedicada ao 8 de Março, o *Mulherio* faz uma avaliação da trajetória do movimento feminista no Brasil através de entrevistas com militantes feministas, incluindo também, participantes do corpo editorial do jornal como entrevistadas, que é o caso de Carmen da Silva e Heleieth Saffioti.



Figura 1 *Mulherio*, São Paulo, março-abril de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Nessa entrevista elas apontam que o ano de 1975 foi importante, pois surgiram diversas entidades no eixo Rio-São Paulo e como consequência elas descobriram

¹² FREITAS, Viviane Gonçalves. **O Jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista.** história, histórias. Brasília, vol. 2, nº 4, 2014. p.150.

outros grupos e perceberam que não estavam numa luta isolada, no qual avaliam como uma “vitória psicológica” a tomada de consciência entre as mulheres e a sociedade em relação as questões femininas. Percebem também que a abertura democrática favoreceu o movimento feminista, no sentido de desinibi-lo, já que antes era ligado aos partidos e oprimido dentro da própria esquerda.¹³

No decorrer dos primeiros anos de publicações do *Mulherio*, essa discussão sobre o conflito entre os partidos e o movimento feminista é bastante retratada, seja por matérias que fazem esse “levantamento” da trajetória do feminismo ou cartas enviadas pelas leitoras.



Figura 2 *Mulherio*, São Paulo, maio-junho de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Todas as cartas enviadas à essa edição relatam o descontentamento com o 8 de Março de 1982. Em Minas, o Centro Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) envia a carta para justificar a ausência da entidade na coordenação do Encontro da Mulher Mineira. Elas defendiam que a coordenação de tais encontros devia ser tarefa de entidades que efetivamente desenvolviam trabalhos com mulheres.

¹³ **Estamos menos longe.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 6, p. 12.

As mulheres maranhenses apontam que o 1º Encontro da Mulher Maranhense, realizado em Imperatriz, foi um “curral eleitoral” do PMDB, com direito a lançamento de candidatura.

As críticas enviadas pelas paraenses também não são diferentes, repudiam o 2º Encontro da Mulher Paraense devido a secundarização das pautas feministas e a centralização das pautas nas questões partidárias.

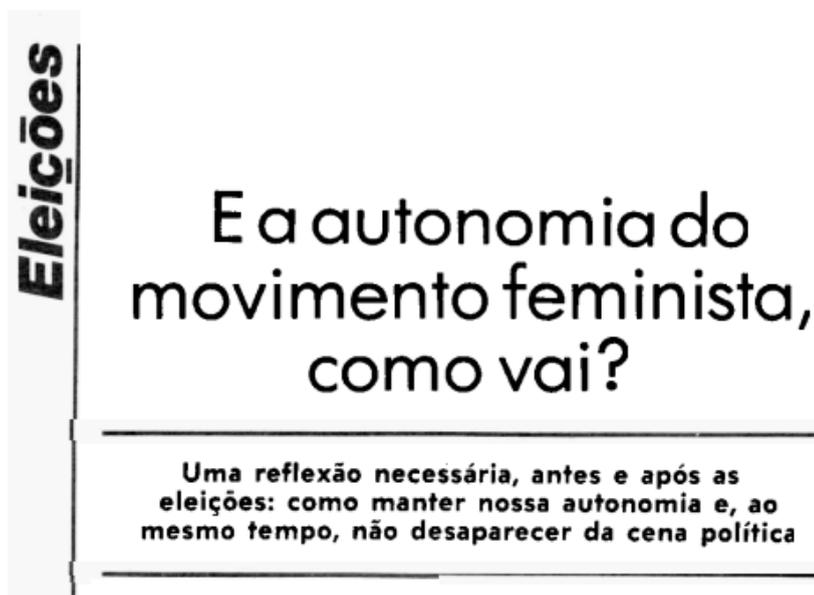


Figura 3 *Mulherio*, São Paulo, setembro-outubro de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Essa matéria foi sugerida por Lélia Gonzalez, durante uma reunião do conselho editorial do *Mulherio*. Durante as eleições de 1982 as pautas femininas foram bastante utilizadas pelos partidos políticos e como mostrado anteriormente, esse fato causava incômodo nas feministas. Porém, no período mais próximo às eleições, o jornal nos mostra que o conflito teve uma espécie de trégua.

Elas consideravam que as feministas conquistaram um espaço dentro dos partidos, podendo assim, difundir suas propostas. Mas também apontavam que as pautas feministas poderiam desaparecer no pós-eleições e a solução para esse apagamento seria a política feminista do cotidiano, como por exemplo o Tribunal Bertha Lutz¹⁴.

¹⁴ Tribunal de opinião em defesa dos direitos das mulheres, inspirado no Tribunal Russell. Organizado por participantes de grupos feministas de São Paulo, ocorreu em 29 de maio de 1982, com 1ª Sessão: A discriminação da mão-de-obra feminina.

A compreensão dessa relação entre os partidos de esquerda e o movimento feminista é importante, porque é um vínculo conflituoso, cheio de idas e vindas. É um debate muito presente no *Mulherio*, que mostra o projeto político do jornal, suas contradições e até a transformação de suas pautas.

Segundo Viviane Freitas (2014), o *Mulherio* se divide em três fases: a primeira, entre março de 1981 e outubro de 1983, que se caracterizou como um canal de discussões acadêmicas. Diversos de seus textos eram voltados aos problemas relacionados às discriminações no ambiente de trabalho e a violência contra as mulheres. Em seu número 15, o *Mulherio* informa a incerteza de sua continuação, devido ao fim do financiamento da Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford. Uma das alternativas apontadas é a prestação de serviços para a produção de jornais, cadernos, edição de texto, a fim de obter recursos para o jornal.¹⁵

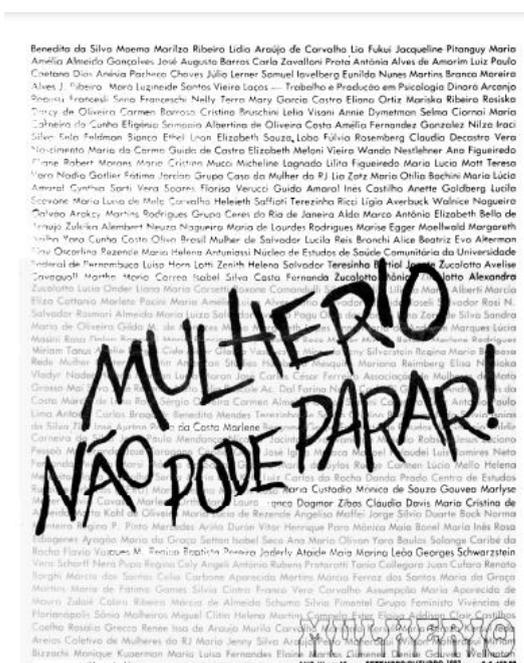


Figura 4 *Mulherio*, São Paulo, setembro-outubro de 1983. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

O segundo momento, entre maio de 1984, quando o jornal retorna após meses sem publicação, e maio de 1988. Sem financiamento, é possível observar que abriram mais espaço para anúncios e propagandas, como também tentaram expandir o nicho

¹⁵ **Mulherio presta serviços.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1983, nº 15, p. 8.

de leitores, incluindo matérias sobre esportes e se propondo a fazer um debate com mulheres e homens sobre as questões de gênero. A equipe diminuiu, permanecendo apenas Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg, Inês Castilho e Lilita Figueiredo.



Figura 5 *Mulherio*, São Paulo, maio-junho de 1984. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Segundo minhas análises, o jornal perde o caráter mais crítico e inicia um novo projeto político que se caracteriza como um apaziguamento de embates. Isso fica evidente numa matéria que relata uma passeata que ocorreu em Belo Horizonte, do grupo MMM (Movimento Machista Mineiro), com palavras de ordem: “Mulher boazinha é de cama e cozinha” e “Chifre com chifre, bala com bala”, onde o *Mulherio* relata o evento, mas não pronuncia uma palavra sequer de repúdio.¹⁶

¹⁶ MOTA, Letícia Sá; CHRISTUS, Miriam. **Machinhos**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1984, nº 16, p. 20.

E na sua terceira e última fase, entre junho e julho de 1988, o *Mulherio* passa a circular sob o título de *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*. Estas duas edições foram editadas por dois homens, e perderam completamente seu caráter político, proporcionando discussões mais voltadas ao âmbito cultural.

Em sua primeira edição, o *Mulherio* expõe suas pautas: ser um espaço de debate e divulgação de pesquisas, como também de reivindicações das diversas organizações “femininas e feministas”. Também se apresenta enquanto um jornal sem vertentes feministas estabelecidas, aberto a discutir todas elas e todos os assuntos relacionados as mulheres. Porém, ao analisar o jornal é possível observar inclinações para vertentes e temáticas e isso, segundo minhas análises, pode ser explicado por algumas razões: 1. A realidade social das editoras do jornal, e suas formações acadêmicas sob grande influência ideológica norte americana, que contribui para uma agenda liberal dentro do movimento. Como exemplo emblemático podemos citar Ruth Cardoso, que foi professora de Antropologia Social na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em Santiago, faculdade essa que recebia investimentos do CCF, como também era esposa de Fernando Henrique Cardoso, que tinha ligação direta com o cientista político norte-americano Samuel P. Huntington que criou uma agenda de transição democrática para o Brasil; 2. A intervenção da ONU que “freou” o caráter revolucionário do movimento, alinhando-o aos interesses do capitalismo, como afirma Silvia Federici:

[...] a intervenção da ONU limitou o potencial revolucionário desses movimentos, assegurando que suas agendas sociais fossem adaptadas aos objetivos do capital internacional e das instituições que o sustentam. Ao contrário da crença popular de que o feminismo patrocinado pela ONU serviu para a causa da libertação feminina, eu me inclino a pensar que o “feminismo global” despolitizou os movimentos de mulheres, debilitando a preciosa autonomia de outrora e contribuindo para desarticular as mulheres frente à expansão das relações capitalistas.¹⁷

Temas como família e direitos reprodutivos ganharam mais destaque nas páginas do *Mulherio*, seguido por violência contra as mulheres e aborto. As discussões sobre

¹⁷ FEDERICI, Silvia. Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista (2000). In: **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad Coletivo SYCORAX. São Paulo: Elefante, 2019. p. 238.

aborto aparecem de forma bastante tímida, apesar do jornal se colocar em posição a favor de sua legalização, como também apontar as problemáticas de sua proibição; a morte de mulheres pobres e a ausência de autonomia sobre o próprio corpo. É pequena a quantidade de matérias destinadas à essa discussão, como também não são satisfatórias, ficando muito presa nas estatísticas, se afastando da realidade desse problema de saúde pública ainda não superado. Pouco se racializa os debates, num jornal que se propõe analisar a condição da mulher brasileira, deixando apenas para Lélia Gonzalez, e outras intelectuais negras após sua saída do jornal, as análises acerca da condição das mulheres negras, evidenciando uma ausência de reflexões interseccionais das outras escritoras.

CAPÍTULO II

MULHER, RAÇA E CLASSE

2.1 As “Ondas” e seus silenciamentos

A historiografia que se debruça sobre as questões de gênero se constituiu através de equívocos generalizadores, onde mulheres de diferentes espaços sociais, territoriais e temporais, são retratadas através de um único elo de subordinação.

A categoria de análise “mulher”, no singular, pressupõe uma identidade única da condição feminina, onde recortes como de etnias, raças e classes sociais, tão necessários para a história social, não são devidamente utilizados, contribuindo para o apagamento das sujeitas históricas.

[...] esvaziam a categoria “gênero” de algo fundamental: da mesma forma que noções como “classe”, por exemplo (como E. P. Thompson mostrou há cerca de trinta anos), esta é uma ferramenta de análise que tem variadas funções, intensa mobilidade histórica e cujo perfil resulta de processos de conflito e de negociação em cada sociedade.¹⁸

As categorizações são formas de descrever diferentes momentos históricos, mas acabam simplificando a complexidade das relações sociais, contribuindo para o empobrecimento das análises. A história do movimento feminista, foi e continua sendo, categorizada através de “ondas feministas”.¹⁹

Nessa periodização de ondas, a “Primeira Onda” teria ocorrido entre os séculos XVIII e XX, e está relacionada a demandas como trabalho remunerado e direito ao voto (o que se caracterizou como movimento das sufragistas).

¹⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: Loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 3, nº 5, 1998, p. 1881-215. p. 4.

¹⁹ Essa categorização pode ser encontrada com muita frequência, até mesmo em trabalhos de grande referência das pesquisas sobre gênero no Brasil, como Maria Joana Pedro, **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**, *História*, São Paulo, v.24, nº 1, p. 77-98, 2005.

Já a “Segunda Onda” está estritamente ligada ao movimento feminista dos anos 1960 dos EUA e Europa, como também a declaração da ONU como o Ano Internacional da Mulher em 1975. Foi caracterizada pelas discussões e reflexões acerca da condição feminina no cenário internacional. Temas como saúde, direitos reprodutivos, emancipação da mulher, cidadania e violência, ganharam destaque.

A problemática dessa categorização em “ondas” está na tentativa de universalização da mulher. Como aponta Lucy Delap (2022), pensar sobre a história do movimento feminista é pensar em feminismos, no plural.

A estrutura da organização histórica as “ondas feministas” não se mostrou à altura da tarefa de dar um sentido à complexidade da história feminista. Falar das ondas do feminismo – a primeira, a segunda, a terceira e a quarta – ou de variantes como “novo feminismo” ou “*riot grrrr!*” nem sempre teve facilidade em se encaixar na vivência das mulheres. E, para muitas, o ativismo sempre esteve tão ligado a outros movimentos – socialista, nacionalista, anticolonialista – que o termo “feminismo” foi rejeitado como excludente demais, muito euro-americano, muito branco, muito classe média.²⁰

Enquanto mulheres brancas do início do século XX pautavam para trabalharem fora de suas casas, mulheres negras herdavam as mazelas de terem seus corpos escravizados ao longo de um pouco mais de três séculos.

[...] o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo univesal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.²¹

É imprescindível avaliar como mazelas herdadas da escravização estão presentes até nas práticas percebidas como libertadoras. O movimento sufragista do Brasil, por exemplo, em 1932 garante o direito ao voto feminino, mas apenas mulheres alfabetizadas poderiam exercer esse direito. Apenas quarenta e quatro anos após a abolição da escravidão, que ocorreu sem nenhuma seguridade social à população

²⁰ DELAP, Lucy. *Feminismos. Uma história global*. São Paulo: Cia das Letras, 2022, p. 12.

²¹ GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* / organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 142.

negra, a alfabetização era uma realidade muito distante da população negra.

[...] é certo que as condições específicas de um país como o Brasil, profundamente marcado pelas políticas de domínio senhorial e pela longa experiência da escravidão, interferem na forma pela qual relações de dominação (entre elas, as de gênero) foram tecidas em diferentes conjunturas históricas.²²

O racismo é uma construção ideológica que se perpetua e se reinterpreta de acordo com os interesses dos que se beneficiam do próprio.²³ Por motivos como esse, e semelhantes a esse, nós, historiadores, devemos nos atentarmos aos perigos da homogenização das narrativas.

O feminismo é um movimento marcado por diversos recortes; como classe, raça, sexualidade, nacionalidade, etnia e etc, não podendo ter as mesmas características em todos os lugares do mundo. Porém a palavra “feminismo” é muito associada a imagem da mulher feminista ocidental. “Os arquivos históricos – os poucos que documentam o feminismo – se inclinam para a história que as feministas mais poderosas e privilegiadas desejam contar”.²⁴

Essas categorias utilizadas proporcionam uma neutralização da discriminação racial, desconsiderando a tríplice discriminação que as mulheres negras sofrem (a de raça, classe e sexo).²⁵

2.2 As discussões de Lélia Gonzalez sobre raça no *Mulherio*

O *Mulherio*, em sua primeira edição, se apresenta enquanto um espaço para debate e divulgação de pesquisas relacionadas às mulheres. Promete abranger todos os problemas a cerca da condição feminina brasileira, que é tão plural, sem possuir vertentes estabelecidas.

²² CUNHA, op. cit., p.7.

²³ GONZALES, op. cit., p. 55.

²⁴ DELAP, op. cit., p. 13.

²⁵ GONZALES, op. cit., pp. 56 – 61.

Nossa pauta

O que você está recebendo hoje é o número zero do jornal — mais uma carta intencões, um *lay-out* do que pretendemos fazer. *Mulherio*, com 16 páginas, terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico, como o que Maria Carneiro da Cunha escreveu na página 3, sobre o significado do 8 de março. Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades. Na área de cultura,

acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre traremos charges — como esta que Ciça enviou para o número zero — e muitas fotos.

A pauta do jornal e seus rumos são definidos pelo nosso Conselho Editorial, composto por 16 mulheres que têm batalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes (*ver a relação no expediente*).

Em sua primeira reunião, realizada aqui na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o Conselho deci-

diu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto — seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições.

Neste contexto, a sua participação é muito importante, ao fazer sugestões, criticar o jornal ou apresentar sua posição sobre determinado assunto. Só assim conseguiremos, realmente, ser uma grande, consciente e organizada "porção de mulheres".

Adélia Borges

Figura 6 *Mulherio*, São Paulo, março-abril de 1981. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Porém ao analisar o jornal, fica evidente a ausência de amplos debates sobre mulheres não brancas, exceto pelos artigos de Lélia Gonzalez, que se preocupa com as especificidades de mulheres negras, e aparece como responsável pela racialização dos debates, enquanto esteve no jornal.

Em seu primeiro artigo publicado no *Mulherio*, "*Mulher Negra*"²⁶, Lélia discorre sobre a desigualdade salarial entre mulheres brancas e negras, a disparidade econômica entre famílias brancas, pretas e pardas, e as dificuldades encontradas no movimento negro em comparação a outros movimentos sociais.

Esse artigo se baseia nos dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (PNAD) de 1976, que nos mostra que o trabalho feminino se concentrava nos setores de prestação de serviços, social e comércio de mercadorias (enfermeiras, professoras, balconistas, empregadas domésticas etc). Porém a maioria das mulheres negras

²⁶ GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 3, p. 8 – 9.

(69%) trabalhavam na agricultura e prestação de serviços, evidenciando que as outras categorias de trabalho contratavam principalmente mulheres brancas (30% para 16% de negras).

Tabela 1

Porcentagens de trabalhadores e de trabalhadoras brancas e negras por categoria ocupacional					
	Total da FT	FT masc.	FT feminina		
			Total	Branca	Negra
Ocupações Não Manuais	17	14	24	32	13
Nível superior	6	7	4	5	2
Nível médio	11	7	21	27	12
Ocupações Manuais	83	86	76	68	87

Figura 7 Mulherio, São Paulo, setembro-outubro de 1981. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Como apresentado na tabela 1, fica evidente que as ocupações não manuais, eram exercidas, proporcionalmente, mais por mulheres do que por homens. Porém, Lélia observa diferenças importantes:

[...] Nas ocupações de nível superior (empresários, administradores, profissionais de nível superior etc), os homens estão presentes em maior número do que as mulheres, mas esta desigualdade é menor do que aquela verificada entre as próprias mulheres, brancas e negras. Entre os profissionais de nível médio (auxiliares de escritório, caixas, tesoureiros, professores de primeiro grau etc), a presença da mulher é marcante, contudo majoritariamente branca.²⁷

A dificuldade encontrada pelas mulheres negras, nessa categoria, se explica pelo contato direto com o público, que exige “boa aparência”, ou seja, que corresponda a estética branca.

²⁷ Ibid., p. 8.

A segunda tabela, nos apresenta o rendimento médio entre os sexos e raças. Nos cargos de nível superior, mulheres ganhavam, em média, 35% a menos que os homens. Essa diferença entre mulheres brancas e negras é de 48%. Já nas ocupações de nível médio, mulheres ganhavam 46% a menos que os homens, e mulheres negras 24% menos do que as brancas.

Tabela 2

Porcentagens de salários femininos em relação aos masculinos e dos salários das negras sobre os das brancas, por nível ocupacional.		
	Mulheres/Homens	Negras/Brancas
Ocupações de nível superior	65%	52%
Ocupações de nível médio	54%	86%

Figura 8 Mulherio, São Paulo, setembro-outubro de 1981. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Nos cargos de nível superior o racismo ultrapassava ao próprio sexismo, tendo em vista que a diferença salarial entre mulheres (brancas e negras) era superior a diferença entre mulheres e homens. Nas ocupações de nível médio, ser mulher é o fator que mais implicava maior desigualdade, mas o racismo também acentuava a situação.

Os dados socio-econômicos também nos revelam que famílias negras, que possuíam um número maior de pessoas ocupadas, ainda assim tinham um rendimento menor do que o das famílias brancas. Outro fato importante é o caso das famílias chefiadas por mulheres. Entre os lares brancos, 13% era chefiado por mulheres, 17% entre as pardas e 20% nas famílias pretas. As chefes das famílias pardas recebiam 44% e as pretas 34% do que ganhavam as brancas.

Além das discussões intrínsecas desses dados, Lélia os traz para esclarecer as dificuldades do movimento negro no Brasil. Lélia aponta que esse “atraso” do movimento negro, se justifica pela dificuldade de acesso e sucesso educacional, financeiro e profissional da população negra. O contrário ocorreria com o movimento

feminista, por exemplo, que tem suas raízes históricas na classe média branca.

Outro ponto importante que destaca é que até mesmo “pessoas de boa vontade”, progressistas, possuem a consciência que os negros são os únicos responsáveis pela sua condição. Essa condição se perpetua até mesmo no próprio *Mulherio*, onde mulheres brancas não se racializam e não fazem o recorte de raça em suas discussões, designando apenas à Lélia essa contribuição.

Um exemplo da ausência de um pensar interseccional nas páginas do *Mulherio*, foi observado pela historiadora Paula Palamartchuk²⁸, numa nota publicada por Fúlvia Rosemberg²⁹, pesquisadora da FCC editora do *Mulherio*. Fúlvia afirmava que a reivindicação por creches em São Paulo, teve origem nos movimentos sociais, mais especificamente, no movimento feminista, que foi responsável pela criação e construção do Movimento de Luta pelas Creches.

Rosemberg endossa o depoimento, dado à CPI da Câmara de Vereadores de São Paulo, de uma das lideranças do Movimento de Luta por Creches, Tania Hammoud, no qual critica o projeto de ampliação das creches executado pela prefeitura de São Paulo, que havia descaracterizado, pois a proposta do movimento que ela liderava se centrava no atendimento às “esposas de operários” que “reivindicavam creches para poderem trabalhar fora”. A prefeitura, no entanto, havia implantado um programa de creches que visava “combater a miséria”, já que “destina as vagas à camada da população de mais baixa renda”.³⁰

E continua:

Segundo Hammoud, as mães do Movimento de Luta por Creches, “que foram aquelas mulheres que realmente participavam da luta, ficaram fora da possibilidade de serem atendidas pelas creches existentes.” O depoimento, reproduzido e endossado por Rosemberg, é explícito quanto à exclusão de

²⁸ PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980). In: **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil** / organização Elias Ferreira Veras, Joana Maria Pedro, Benito Bisso Schimdt. Maceió: *Adufa!*, 2023. p. 112-139.

²⁹ ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches: Poucas, mas boas**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1984, p. 9.

³⁰ PALAMARTCHUK, op. cit., p. 125.

outras mulheres trabalhadoras.³¹

Restringir o direito as creches para “esposas de operários”, excluía a enorme porcentagem, anteriormente apresentada, de mães solteiras chefes de família, em sua maioria, negras.

Os artigos de Lélia Gonzalez aparecem como contrapontos às outras matérias do *Mulherio*, provavelmente essa organização ocorria através dos acordos do conselho editorial do jornal, demonstrando o problema citado anteriormente, onde “os negros são os únicos responsáveis pela sua condição”. Também não descarto a estratégia política de Lélia na ocupação desses espaços.

No nº 7 do *Mulherio*, edição dedicada principalmente para discutir questões trabalhistas, por se tratar do mês de maio, mês que se comemora o dia do trabalhador, é possível observar um exemplo desse contraponto.



Figura 9 *Mulherio*, São Paulo, maio-junho de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

³¹ Ibid., p. 125.

Nesta edição encontramos o debate sobre a dupla jornada trabalho das mulheres, onde constata-se que mulheres trabalhavam mais que os homens, chegando a realizar de 70 a 80 horas semanais de trabalho.³²

É apontado que o mercado de trabalho oferecia poucas opções de emprego para mulheres, que em 1970 mais de 80% das brasileiras ocupavam apenas dez categorias de serviços.³³ Observa-se também que a participação das mulheres em alguns cargos diminuía a medida em que ele era prestigiado e tinha um salário maior. No magistério, por exemplo, as mulheres ocupavam 95% no primário, caindo para 60% no magistério de 2º grau e 23% no ensino superior.³⁴

Questões relacionadas à maternidade também são destacadas, pois de acordo com a CLT mulheres grávidas ou que haviam se casado não poderiam ser demitidas por esses motivos, mas na realidade era bem diferente, demonstrando a ineficácia das leis trabalhistas que não garantiam a permanência dessas mulheres em seus empregos.³⁵

“E a trabalhadora negra, cumé que fica?”³⁶, questiona Lélia em sua matéria na mesma edição.



Figura 10 Mulherio, São Paulo, maio-junho de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

³² BOCHINI, Maria Otília. **O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 7, p. 4.

³³ *Ibid.*, p. 5.

³⁴ *Ibid.*, p. 5

³⁵ *Ibid.*, p. 6

³⁶ GONZALEZ, Lélia. **E a trabalhadora negra, cumé que fica?.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 7, p. 9.

Para contextualizar o artigo, onde discorre sobre as mulheres negras trabalhadoras, ela apresenta três datas importantes entre os meses de maio e junho: 13 de maio, dia da “abolição da escravidão”; 18 de junho, data da criação do Movimento Negro Unificado (MNU); 1º de maio, dia do trabalhador.

Como constatado no nº 3 do *Mulherio*, mulheres negras trabalhavam mais e recebiam menos do que as brancas, que por sua vez também sofriam discriminação por serem mulheres. A maior parte dessas trabalhadoras negras exerciam funções manuais, de menor prestígio social, e 60% delas não possuíam carteira assinada. Logo fica evidente que as discussões feitas sobre a CLT, extremamente necessárias, mas que não davam conta das complexas e diversas realidades das mulheres trabalhadoras do Brasil.

Gonzalez aponta que a situação das trabalhadoras negras do anos 1980 não se difere muito das que viveram a escravização:

[...] a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e “escrava de ganho” de ontem.³⁷

Esse desprestígio nas categorias de trabalho, evidentemente herança da escravização, perpetuou-se após o 13 de maio, data que caracteriza como início do processo de marginalização dos trabalhadores negros, pois antes disso eram considerados aptos para o trabalho escravo, e após, incapazes do trabalho livre.

Lélia enfatiza, mais uma vez, que devido ao racismo trabalhadoras negras eram privadas de melhores oportunidades, ocupando funções em lugares “invisíveis”, que não tenham contato direto com o público: “aquele papo do ‘exige-se boa aparência’, nos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: ‘negra não serve’.”³⁸

Até mesmo quando ocupavam outros lugares, como os meios artísticos, eram

³⁷ Ibid., p. 9.

³⁸ Ibid., p. 9.

inferiorizadas. Atrizes negras, por exemplo, sempre são designadas a interpretar personagens secundários e subalternos, isso quando não são sexualizadas, fazendo papéis eróticos-exóticos.³⁹ O mesmo ocorre com as “mulatas” das escolas de samba que não são reconhecidas como profissionais de dança, contribuindo para a exploração das mesmas, vendidas como atração turística para a dominação sexual de homens brancos.⁴⁰

As análises de Lélia partem de um olhar interseccional, considerando não apenas o gênero, mas a classe e a raça dessas mulheres, e essas discussões são possíveis de serem observadas nas páginas do *Mulherio*.

Em época de eleições, a primeira após a ditadura civil-militar, na edição de setembro/outubro de 1982, o *Mulherio* mostra muito entusiasmo com a possibilidade de eleger candidatas mulheres. Entrevistam mulheres em geral e algumas dessas candidatas, entre elas, Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro.

Ao ser perguntada sobre sua posição em relação ao aborto, Lélia respondeu que era a favor não só da descriminalização, como também da sua legalização, pois a descriminalização não resolveria o problema de mulheres de baixa renda, que já são descriminalizadas por serem pobres, o que ocasionava a ausência de assistência médica. Não desconsiderava que a descriminalização era um passo importante, mas apenas a legalização seria o mais coerente. E que o Estado deveria assumir a conscientização sobre métodos contraceptivos e ofertar assistência médica gratuita, inclusive nos casos de aborto.⁴¹

As contribuições de Lélia ao *Mulherio*, também se apresentavam com o intuito de quebrar o argumento da democracia racial e reconhecer o protagonismo da população negra, em especial das mulheres, na formação da cultura brasileira.

³⁹ Ibid., p. 9.

⁴⁰ GONZALEZ, Lélia. **Democracia racial? Nada disso!**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 4, p. 3.

⁴¹ **Política Feminina**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 9, p. 5.

Ela nos mostrou seu incômodo com a ausência do reconhecimento das classes populares, dos negros, indígenas e das mulheres, como formadores da cultura no Brasil. Sendo excluídos, quando não, folclorizados, na nossa história. E esse processo se realizava através do que a mesma chamava de “tripla mentira”: sexismo, racismo e elitismo.⁴²

Esses domínios de poder e narrativas, invisibilizam aspectos negros na formação da cultura brasileira. Em África, a valorização das mulheres, em diferentes culturas, se dava a partir da função do materno. A partir disso, conseguimos compreender a importância das “mães” e “tias” na formação das religiões afro-brasileiras, e na resistência das mesmas, as perseguições de seus terreiros de candomblé, umbanda, xangô e etc, como também seus blocos e escolas de samba.

Mas suas contribuições também não se limitam a isso, mulheres negras escravizadas, conhecidas como “mães-pretas”, criaram e educaram homens e mulheres brancas.

Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam “pretuguês” (português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura, etc.⁴³

Após a pausa de um pouco mais de seis meses do *Mulherio*, quando perdeu o aporte financeiro da FCC e Fundação Ford, o conselho editorial é reduzido, com alguns nomes em desfalque, inclusive o de Lélia Gonzalez, que um ano depois passou a organizar o periódico *Nzinga Informativo* (1985 – 1989).

⁴² GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, tamos aí.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 5, p. 3.

⁴³ GONZALEZ, op. cit., p 3.



Figura 11 Capas de três edições do *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO

As discussões específicas sobre raça, que já não eram muitas, foram diminuindo e passadas, mais uma vez, para pesquisadoras negras, como Dulce Pereira Cardoso, por exemplo, que em sua primeira matéria questiona “*Mesmo quem conhecem Bertha Lutz, sabe quem foi Luiza Mahim?*”⁴⁴

Luiza Mahim era mãe de Luiz Gama, importante abolicionista brasileiro, e também foi uma das principais organizadoras da Revolta dos Malês, ocorrida em 1875, na Bahia. O questionamento de Dulce se dá pelo problema que o movimento feminista enfrentava em integrar a trajetória de todas as mulheres da sociedade brasileira, com as implicações raciais e coloniais do projeto capitalista nacional.⁴⁵ Bertha Lutz, bióloga e militante do movimento feminista, lutou pelo direito ao voto feminino e virou um símbolo para o movimento feminista branco. Inclusive teve seu nome, em homenagem, usado num tribunal de opinião. Tribunal Bertha Lutz, que estava presente o sociólogo Abdias Nascimento, que fez a seguinte provocação:

Se as mulheres representam mais da metade da população, as negras representam mais da metade das mulheres brasileira, e seus problemas são muito maiores que os das mulheres brancas. No entanto, aqui, foi tocado

⁴⁴ CARDOSO, Dulce Pereira. **Mulher Negra: e nós, aonde vamos?**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1983, nº 14, p. 8 – 9.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 8.

muito timidamente o problema da mulher negra, e garanto que para estarem presentes neste auditório muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos ou na beirada do fogão.⁴⁶

O incômodo apresentado por militantes do movimento negro, em especial mulheres negras, é um retrato da ausência de reflexões interseccionais do movimento feminista. O *Mulherio*, apesar de ser um espaço para discussão sobre todas as mulheres, também seguiu essa lógica e se colocou muito timidamente nos debates raciais, como também reforçou a imagem da mulher branca universal. Isso pode ser observado através da maneira que o jornal noticiou os casos de violência contra mulheres, restrito à condição da mulher, sem recorte de classe ou raça, dando maior atenção a casos específicos, de mulheres famosas, não diferente da forma que a grande mídia noticiava.

⁴⁶ **Inovando na forma e na força.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 7, p. 5.

CAPÍTULO III

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.1 A atuação do SOS-Mulher

O primeiro SOS-Mulher foi fundado, em um ato público, em 10 de outubro de 1980, por diversos grupos feministas atuantes em São Paulo, entre eles, o Nós Mulheres, Brasil Mulher e o Grupo Feminista 8 de Março. Posteriormente, ganhou outras sedes em diversos estados do país.⁴⁷

Na carta de princípios, elaborada pelas feministas que construíam a entidade, e tinha a intenção de registrá-la como uma entidade civil de utilidade pública, é possível observar seus principais objetivos. Entre eles: 1. Criar e manter um espaço receptivo para as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência; 2. Oferecer atendimento telefônico e pessoal às mulheres que procuram a entidade; 3. Oferecer acesso a serviços jurídicos, médicos e psicológicos; 4. Fornecer orientação e espaço para socializarem suas experiências; 5. Denunciar as violências sofridas pelas mulheres na imprensa e através de campanhas; 6. Oferecer informações sobre as melhores maneiras de evitar e/ou se livrar de agressões; 7. Promover os meios materiais para a manutenção da sede (aluguel, pagamento da linha telefônica e etc), estabelecer os plantões, trabalhar através de um programa de prevenção da violência; 8. Manifestar solidariedade a todas as mulheres vítimas de violência e as suas famílias, em caso de homicídio⁴⁸; 9. Divulgar o trabalho da entidade; 10. Conquistar a adesão e solidariedade de um número cada vez maior de mulheres.⁴⁹

O intuito era atender as mulheres vítimas de violência, e não esperado, as primeiras

⁴⁷ Grupos feministas também criaram outras entidades, como por exemplo o SOS Corpo, de Recife. Essa iniciativa tinha o propósito de fornecer informações ginecológicas; como se auto examinar, reconhecer doenças e curá-las com plantas e remédios caseiros.

⁴⁸ O termo “feminicídio” já existia, tendo sido usado pela primeira vez pela socióloga sul-africana Diana Russel, mas não era muito difundido no Brasil. Apenas em 2015, foi legitimado, através da Lei do Feminicídio.

⁴⁹ PONTES, Heloísa André. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas**. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UNICAMP, 1986. p. 106-107.

vítimas a serem atendidas pela entidade foram suas próprias fundadoras. No dia do lançamento do SOS, seis militantes foram assediadas e espancadas por dois homens desconhecidos, quando voltavam de um jantar após o ato de sua fundação.

A formação desse espírito comunitário pressupunha ainda uma identificação irrestrita, por parte de suas integrantes, com os problemas enfrentados e vividos pelo conjunto de mulheres em nossa sociedade. Exemplo significativo desse procedimento foi o primeiro caso de violência registrado pelo SOS após o seu lançamento [...] o qual conferiu mais verossimilhança à enunciação, encontrada no “histórico”, de que “não éramos nós mulheres falando, discursando sobre a violência específica que atinge as mulheres. Éramos nós, atingidas por essa violência...”.⁵⁰

O SOS era dividido em quatro articulações: grupo de reflexão, de imprensa, de finanças e de documentação. O último citado, era responsável em colher depoimentos relacionados a duas mulheres que foram assassinadas pelos seus maridos. O objetivo da coleta desses documentos era a criação de um livro sobre violência contra a mulher, o que não se concretizou. Também foi desenvolvido um atendimento, por telefone, às vítimas de violência, depois os plantões.⁵¹

Os plantões ocorriam de segunda a sexta, entre 19 e 22 horas, e diurnos às terças e quintas à tarde. Todo esse atendimento era feito de forma voluntária pelas militantes que faziam parte da entidade, como também por advogadas, médicas e psicólogas que se prontificavam em atender as dúvidas e orientar as mulheres que procuravam o serviço.⁵²

Além dessas profissionais, que forneciam um trabalho totalmente voluntário, artistas plásticos também auxiliavam o SOS, criando cartazes e os caderninhos que eram distribuídos com algumas sugestões para evitar ataques de homens nas ruas. Esse material foi idealizado na tentativa do SOS não ser apenas um serviço assistencialista, grande preocupação do grupo. Além do trabalho de atendimento em casos concretos de violência, elas também desejavam realizar o trabalho de

⁵⁰ Ibid., p. 108.

⁵¹ Ibid., p. 118.

⁵² BOCHINI, Maria Otília. **SOS MULHER**. *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 1, p. 3.

prevenção.⁵³

Nas matérias do jornal *Mulherio* referentes à violência, é possível notar a presença da entidade SOS-Mulher. Na edição número 1, o *Mulherio* afirmou que o SOS-SP “firmou-se como uma entidade conhecida e respeitada por sua ação efetiva contra a violência dirigida às mulheres”.⁵⁴



Figura 12 *Mulherio*, São Paulo, maio-junho de 1981. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

O SOS-Mulher teve importante atuação na primeira metade da década de 1980, e como dito anteriormente, expandiu-se para outros estados além de São Paulo.

⁵³ Ibid., p. 3.

⁵⁴ Ibid., p. 3.



Figura 13 Mulherio, São Paulo, julho-agosto de 1981. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Em Minas Gerais, assim como na criação do SOS-SP, o CDDM (Centro de Defesa da Mulher) foi criado através de uma manifestação pública, ocorrida em Belo Horizonte, em agosto de 1980. Mais de quinhentas pessoas protestaram contra os assassinatos de Eloísa Ballesteros Stancioli e Maria Regina Santos Silva. Quatro dias após o ato, 80 dessas mulheres que participaram do protesto, se reuniram para concretizar o nascimento do CDDM. O objetivo geral da entidade era atuar no sentido de transformar a mentalidade da população, na forma como a mesma enxergava as mulheres.⁵⁵

Essa atuação ocorria principalmente através dos debates e reflexões acerca da condição da mulher e a violência que as mesmas eram submetidas. O Centro era convidado para palestrar em escolas, igrejas, associações de bairros e associações profissionais, constituindo-se como um ponto de referência.⁵⁶

⁵⁵ **Mineiras rompem longo silêncio e criam Centro de Defesa da Mulher.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 2, p. 13.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 13.

Essa visibilidade provocou a procura do CDDM por mulheres vítimas de violência, demanda que as levou a criação do SOS mineiro, funcionando através de plantões voluntários, mas de uma forma bastante precária, tendo como primeiro local físico uma sala da Faculdade de Direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).⁵⁷ Um ano após a iniciativa, o CDDM formalizou a criação do SOS-Mulher, em uma nova sede, com plantões semanais às quintas-feiras, das 18 às 21 horas.⁵⁸

No Rio de Janeiro, a ideia do SOS surgiu na Comissão Violência Contra a Mulher, que realizou uma festa para adquirir recursos para montar a entidade.⁵⁹ Nas páginas do *Mulherio* encontramos a sua atuação, como por exemplo a nota encontrada na nona edição do jornal,⁶⁰ que relata um protesto organizado pelo SOS carioca, na porta de uma delegacia, na Gávea, cobrando esclarecimento sobre o inquérito que envolvia o psicanalista Carlos Roberto Saba, que agrediu a empregada doméstica Francisca Célia de Souza, que trabalhava na casa da ex cônica do agressor.

Francisca havia levado uma das crianças, filha de Carlos Roberto, para passar o final de semana na casa do pai. O mesmo, insistiu que a empregada permanecesse lá, para os cuidados com a criança. A mesma se negou, pois era funcionária na casa da ex-esposa do psicanalista e tinha o trabalho de cuidar da criança mais nova do casal. Irritado com seu pedido negado, Roberto seguiu Francisca até o apartamento de sua ex-esposa, onde o crime ocorreu.⁶¹

Na pequena nota do *Mulherio* sobre o caso, fica claro que tal violência ocasionou a queda de Francisca do terceiro andar do edifício onde ocorreram as agressões, mas não é possível acompanhar o caso, pois o jornal não mais o noticiou, diferentemente de outras situações de violência contra a mulher que ganharam destaque em suas páginas, presente inclusive em diversas edições, como por exemplo os assassinatos de Ângela Diniz e Eliane de Grammond.

Com as eleições de 1982, vários candidatos incorporaram, em seus programas,

⁵⁷ Ibid., p. 13.

⁵⁸ *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, nº 8, 1982, p. 19.

⁵⁹ **Os SOSs, multiplicando-se.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 3, p. 22.

⁶⁰ *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, nº 9, 1982, p. 21.

⁶¹ **Doméstica sofre queda do 3º andar.** *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1982, ed . 00065, p. 7. Disponível em: <https://abrir.link/CmTL7>. Acesso em 18 de set. de 2023.

pautas voltadas para a melhoria da situação das mulheres. Com a intenção de discutir sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado, o *Mulherio* promoveu uma mesa-redonda sobre o tema, com a participação de Eva Alterman Blay e Carmen Barroso, do PMDB; Elizabeth Souza Lobo e Bárbara Hariz, do PT e Ana Luiza Viana, do PDT.⁶²

Uma das questões levantadas foi a relação do Estado com os SOSs. Para Elizabeth, o SOS era a experiência mais nacional do movimento feminista. Ela defendia que essas entidades deviam ser reconhecidas pelo Estado, seguindo o modelo de países da Europa, através de financiamentos, não interferindo na autonomia do movimento.

Essa autonomia garantia a identificação das mulheres com a entidade, fazendo-as preferirem o atendimento do SOS, ao da polícia.

Denuncio ou não denuncio? [...] Ao SOS-Mulher era tranquilo. Mas à polícia... Eu vou ter que ir na delegacia, pensava. Como uma mulher é vista e tratada, nesse caso? A sensação era de horror, de muita humilhação, de eu me tornar culpada.⁶³

A questão da violência, segundo o entendimento das feministas do SOS, criava o laço simbólico necessário para a criação de uma identidade mais abrangente entre mulheres. A violência era percebida como uma questão que estabeleceria uma identificação entre mulheres de diferentes experiências e classes sociais.⁶⁴

Após dois anos de sua fundação, o SOS-Mulher de São Paulo, encontrava-se numa situação distinta da empolgação de seu surgimento em 1980. Com o passar dos anos de sua atuação, a entidade passou a lidar com demandas que extrapolavam suas competências, que era especificamente ligada à violência. O aborto era uma delas, pois a ausência de uma rede de serviço feminista, cuja política fosse estruturada em torno da saúde e sexualidade feminina, fazia com que o SOS fosse procurado

⁶² **Um lugar no governo.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 10, p. 8.

⁶³ Depoimento de uma vítima de estupro, em matéria escrita por Inês Castilho para o *Mulherio*. **A dança do prazer e da morte.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1982, nº 6, p. 10.

⁶⁴ PONTES, op. cit., p. 115.

para tratar esses casos, como também semelhantes a eles.⁶⁵

Outra situação que agravou a crise foi a diminuição do número de plantonistas, atividade mais importante do grupo. Mulheres que, por falta de disponibilidade e tempo, para uma participação mais ativa, afastaram-se da militância, exercendo uma contribuição à entidade de uma maneira mais distante, esporádica.⁶⁶

Com a crise instaurada, em 1982, diversas reuniões foram feitas para deliberar a situação dos plantões. Apesar das tentativas de resolução do problema, a questão passou a ser decidida de forma individual, de acordo com o interesse de cada integrante, e não através de um acordo coletivo. E dessa mesma forma os plantões chegaram ao fim, não por meio de um consenso ou votação, acabou quando a última plantonista deixou de fazê-los.⁶⁷

A desestruturação do grupo e a falta de dinheiro para o custeio mensal do aluguel da sede, findou a entidade. Uma notificação foi enviada pela imobiliária que alugava a sede do SOS, informando que o grupo tinha apenas mais dois meses para a entrega do imóvel, passando o prazo estabelecido, seria enviada uma ordem de despejo.⁶⁸

Após receberem a notícia, o grupo avaliou a disponibilidade e interesse de suas integrantes, para uma mudança de sede, que não demonstraram disposição para a continuidade da entidade.⁶⁹ Sendo assim, em agosto de 1983, após três anos de atuação, o SOS encerrou suas atividades.⁷⁰ A obrigação de devolver o local, acelerou a dissolução do grupo, que já estava em curso desde o ano anterior.

Apesar da dissolução do primeiro SOS brasileiro, o de São Paulo, o projeto de atendimento às vítimas de violência se espalhou e continuou em curso em outros estados. No Maranhão, o SOS Violência foi criado em São Luís, em novembro de 1985. As maranhenses seguiram o padrão dos plantões de atendimento psicológico e

⁶⁵ Ibid., p. 213-214.

⁶⁶ Ibid., p. 218.

⁶⁷ Ibid., p. 243.

⁶⁸ Ibid., p. 245.

⁶⁹ Ibid., p. 245.

⁷⁰ Ibid., p. 243.

jurídico, e em nota publicada pelo *Mulherio* elas solicitavam o contato e envio de materiais dos grupos de outros estados.⁷¹

3.2 A mobilização feminista nos casos de violência

Nas páginas do *Mulherio* é possível observar como as feministas atuavam nos casos de violência. Elas pichavam os muros, acompanhavam os velórios e missas de sétimo dia das vítimas, faziam manifestações públicas com cartazes e gritos de ordem, como também marcavam presença nos julgamentos dos assassinos.

Em matéria do *Jornal do Brasil*⁷², é relatado como os muros cariocas, antes pichados contra a ditadura militar, estavam ganhando manifestações contra a violência as mulheres. Essas feministas fizeram nos muros denúncias, como também convites, pois através deles elas encontraram uma maneira de informar os locais e horários das manifestações públicas. Através desses muros, local de protesto e comunicação entre os grupos, as feministas mineiras observaram uma frase que inspirou a criação do *slogan* que se tornaria uma enorme campanha contra a violência.

Em agosto de 1980, na cidade de Belo Horizonte, ocorreu uma grande mobilização em defesa das mulheres, após os assassinatos, num intervalo de quinze dias, de Eloísa Ballesteros e Maria Regina Santos Silva. Ambas foram mortas pelos seus ex-maridos que não aceitaram o divórcio. Esses crimes foram o estopim para o movimento feminista mineiro se organizar e criar o CDDM e a campanha “*Quem Ama Não Mata*”.

As feministas da época, compreenderam que a cobrança por justiça, nesses dois casos, era de extrema importância para a mudança da mentalidade nacional em torno da questão da violência que assolava as mulheres. “*Quem Ama Não Mata*” reverberou por todo o país, inspirando, inclusive, uma minissérie produzida pela Rede Globo em

⁷¹ **Caritas e SOS no Maranhão.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1986, nº 24, p. 23.

⁷² “**Nosso corpo nos pertence”**: **As mulheres proclamam, nos muros, sua autodeterminação.** *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1980, ed. 00170B, p. 11. Disponível em: <https://abrir.link/M5oMa>. Acesso em 20 de set. de 2023.

1982.⁷³



Figura 14 Abertura da minissérie *Quem Ama Não Mata* (1982)

Também é possível observar outros tipos de manifestações através dos assassinatos que ocorreram no eixo Rio-São Paulo em março de 1981:

No Rio, o ex-marido de Christel Arvid matou-a a tiros, cumprindo ameaças que vinha fazendo há tempos e contra as quais ela não conseguiu proteção eficaz da Justiça. Sob a organização de seis entidades feministas, as cariocas foram à missa de 7 dia de Christel e saíram às ruas para manifestar seu protesto, vestidos de branco e sob proteção policial, solicitado por elas face as ameaças anteriores do assassino.⁷⁴

Já em São Paulo, o caso que teve maior repercussão entre as mídias e mais destaque em diversas edições do *Mulherio*, tratava-se do assassinato da cantora Eliane de Grammont, por seu ex-marido, também cantor, Lindomar Castilho.

Após a missa de sétimo dia da morte de Eliane, mais de mil mulheres, em protesto organizado pelo SOS-Mulher, percorreram da Igreja da Consolação até o cemitério do Araçá. A entidade organizadora da manifestação, recebeu vários telefonemas de ameaças as militantes que estariam presentes no protesto, o que não impediu que

⁷³ Com vinte capítulos, o programa foi inspirado nos assassinatos de mulheres que mobilizaram a opinião pública da época.

⁷⁴ **Quem ama não mata!** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 1, p. 3.

realizassem a marcha em defesa da vida das mulheres.⁷⁵

Vestidas de preto, em sinal de luto, carregaram cartazes com os nomes das mulheres assassinadas nos últimos dois anos. Elas pediam justiça e denunciavam o silêncio como cúmplice. Através desse protesto, São Paulo também adotou a campanha “*Quem Ama Não Mata*”.



Figura 15 Mulherio, São Paulo, marcha-abril de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

O assassinato de Eliane de Grammont repercutiu de diversas formas. A revista *Doçura*, citada pelo *Mulherio*⁷⁶, fez uma matéria onde relatou a tentativa da criação de uma nova imagem do cantor assassino, também cita que suas músicas não paravam de serem pedidas para tocar nos *disc-jóqueis*. Por outro lado, o crime estimulou a criação do "Grupo masculino de apoio à luta das mulheres" em São Paulo.⁷⁷

Em Goiânia, feministas também se manifestaram sobre o caso. Um ano após o assassinato de Eliane, Lindomar iria fazer uma apresentação num grande estádio da

⁷⁵ Ibid., p. 3.

⁷⁶ **A nova imagem para Lindomar Castilho.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 3, p. 23.

⁷⁷ **Homens em ação.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1981, nº 1, p. 4.

cidade, o Ginásio Rio Vermelho, porém o evento foi cancelado devido as ações dos grupos feministas da cidade, que se fizeram presente no evento para constrange-lo. Distribuíram folhetos com a frase: “Eliane Gramont não vai cantar hoje. Ela está morta”.⁷⁸



Figura 16 *Mulherio*, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

No dia 23 de agosto de 1984, Lindomar foi julgado. Seu julgamento se deu dentro e fora do Palácio da Justiça, pois diversos grupos feministas fizeram vigília na frente do fórum, exigindo a condenação do assassino. Sua defesa recorreu ao recurso da defesa da honra, alegando que Eliane não cumpria com suas funções de mãe e era adúltera, porém não obteve sucesso, o cantor foi condenado a doze anos de prisão. O caso que teve grande repercussão na década de 1980, acabou caindo no esquecimento. Isso fica evidente quando observamos que a música “*Você é doida demais*”, de Lindomar, foi tema para a série *Os Normais* (2001-2003) da Rede Globo. Canção que contribui para o fortalecimento de diversos esteriótipos da imagem da mulher.

A tese de legítima defesa da honra foi comumente utilizada como recurso para

⁷⁸ *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, nº 5, 1982, p. 6.

defesa de agressores/assassinos em processos de violência contra a mulher. A argumentação era baseada em justificar o ato de violência por conta da conduta da vítima que feria a honra do agressor, ou seja, ocorria uma transposição da culpa pelo crime. Essa tese podia garantir a diminuição das penas e até a absolvição do réu, como o caso emblemático do primeiro julgamento de Raul Fernandes do Amaral Street, mais conhecido como Doca Street, que assassinou sua namorada, Ângela Diniz, em 1976.

Em seu segundo julgamento, em 1981, já com a campanha Quem Ama Não Mata em curso, vários grupos feministas se juntaram para formar o Núcleo de Mobilização Ângela Diniz⁷⁹. Fizeram abaixo-assinados contra a impunidade do crime e uma manifestação na véspera do julgamento, em Cinelândia. Também foi feita uma vigília em Cabo Frio, com grande apoio da população, o que ocasionou um novo tratamento as feministas nas grandes imprensas, tratando o assunto “feminismo” com seriedade.



Figura 17 Mulherio, São Paulo, março-abril de 1982. ACERVO FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Doca foi condenado a quinze anos de prisão, cumprindo três anos em regime

⁷⁹ Ibid., p. 6.

fechado, dois em semiaberto e dez em liberdade condicional. As feministas da época consideraram a condenação um fato importante, apesar do descontentamento de como ela se deu.

A condenação de Doca Street foi um fato importante, embora continue ele a passear a sua impunidade. Não cremos, todavia, que essa condenação possa ter efeito significativo sobre os assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos ou companheiros. Uma mudança substancial dessa situação depende de uma mudança da posição da mulher na sociedade, com a igualdade entre os sexos, e depende também de alteração no sistema de violência sobre o qual repousa grande parte da sociedade.⁸⁰

A condeção de Doca Street teve grande repercussão nos anos 1980 entre as grandes mídias e no jornal *Mulherio*. Este segundo, especificamente, relatou em várias matérias as articulações das feministas sobre esse e outros casos. Ao analisar as matérias do *Mulherio* é possível observar a agenda do movimento feminista daquela época. Uma das pautas que se faz presente é a extinção do recurso da legítima defesa da honra. O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, proibiu o uso da tese, desde a fase de investigação até o julgamento, apenas em agosto de 2023.⁸¹

⁸⁰ Ibid., p. 7.

⁸¹ **Em decisão unânime e histórica, STF proíbe o uso da 'legítima defesa da honra'**. *Jornal Nacional*, 1 de ago. 2023. Disponível em: <https://abrir.link/oPUtf>. Acesso em 2 de out. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Mulherio*, foi um importante veículo de divulgação de pesquisas relacionadas às mulheres, como também de informação da atuação dos tantos grupos que construíram o movimento feminista brasileiro na década de 1980. Mas através dele, também é possível observar as condições limitantes, que possuem um aspecto silenciador, do próprio movimento feminista, e que são comumente encontradas nas pesquisas sobre gênero.

[...] um paradoxo central do feminismo: como movimento, o feminismo insiste na inclusão das mulheres em todas as áreas da vida social e política e exige transformação radical dessas estruturas excludentes; mas o feminismo também exerce suas próprias formas de marginalização [...] As mulheres negras, as da classe trabalhadora, as lésbicas, trans e bissexuais, as com deficiência, as não ocidentais e não cristãs muitas vezes foram excluídas daquilo que a teórica Chela Sandoval chamou de “feminismo hegemônico. [...] o “feminismo” se associou com frequência a um modelo ocidental de mulher emancipada. A voz de pessoas com origens ou objetivos diferentes nem sempre foi ouvida, e as campanhas feministas nem sempre atenderam às necessidades dessas pessoas.⁸²

A forma como elas abordavam com mais frequência pautas e histórias sobre mulheres brancas, acabou fortalecendo uma imagem homogênea do movimento e invisibilizando a história de outras mulheres, as não brancas e de classes sociais mais abastardas. Esse problema foi até mesmo observado pelas leitoras, que enviavam cartas com cobranças: “Não se esqueçam da mulher da periferia. Ela não tem vez e nem voz”.⁸³

Apesar da problemática, encontramos artigos publicados por mulheres negras, considerando a tríplice opressão que as mesmas sofriam. Mas essa análise interseccional só aparece sendo utilizada por essas mulheres que ocupavam esse lugar social e tinham seus corpos marcados por esses recortes de classe e raça.

Através das páginas do *Mulherio*, também é possível observar a ação significativa

⁸² DELAP, op. cit., p. 12 – 13.

⁸³ *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, nº 17, 1984, p. 2.

que o movimento feminista exerceu em defesa das mulheres, como elas se organizavam para avançar no debate e se defender da violência que estavam submetidas. Foi através de trabalho voluntário, da criação de entidades, das manifestações nas ruas, que elas conseguiram um pouco de compreensão da população brasileira. O enfraquecimento da tese de legítima defesa da honra é um indício disso.

Também é possível observar a institucionalização de serviços idealizados e exercidos através do trabalho voluntário das feministas dos anos 1980. Através da reivindicação dessas mulheres organizadas durante o processo de redemocratização, em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, que em três anos de atuação criou o Programa de Assistência Integral À Saúde da Mulher, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher (COJE).⁸⁴

⁸⁴ **Mulheres trabalhando.** *Mulherio* (1981 – 1988). São Paulo, 1986, nº 26, p. 11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na guerra fria cultural. O pós-guerra em releitura**. São Paulo: Entremeios/USP, 2017.

CATTAL, Júlio Barnez Pignata; CHAVES, Wanderson da Silva. **“Transição política” e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 39, nº 82, 2019.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós 1974**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

CASADEI, Eliza. **As questões de redistribuição e reconhecimento na Imprensa feminista alternativa: o caso Mulherio**. Revista Alterjor, nº 1, 2012, p. 1-19.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, nº 5, 1998, p. 181-215.

FEDERICI, Silvia. Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista (2000). In: **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad Coletivo SYCORAX. São Paulo: Elefante, 2019.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **O Jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista**. história, histórias. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014.

GAUER, Ruth. MARTINS, Fernanda. **Poder Punitivo e Feminismo: percursos da criminologia feminista no Brasil**. Revista Direito e Práxis. n. 11 | Jan/Mar 2020.

GOMES, Cárita Chagas. DELGADO, Herleide Herculano. **Mulheres e transição democrática brasileira (1975-1988): inserção da mulher no espaço público como**

um passo à democracia. Revista de Teorias das Democracia e Direitos Políticos | Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 249 – 270 | Jan/Jun. 2016.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KLAFKE, Raquel; BRAGA, Marcos da Costa. **Mulherio: estudo de caso de publicação da imprensa feminista brasileira nos anos 1980.** Projética, Londrina, v.9, n.2 supl. p. 237- 254, nov. 2018.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980). In: **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil** / organização Elias Ferreira Veras, Joana Maria Pedro, Benito Bisso Schimdt. Maceió: Adufal, 2023. p. 112-139.

PONTES, Heloisa André. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas.** Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UNICAMP, 1986.

POPADIUK, Bárbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo.** Espaço Plural, vol. X, núm. 21, julio-diciembre, 2009, p. 43-55.

OUTRAS FONTES

Doméstica sofre queda do 3º andar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1982, ed . 00065, p. 7. Disponível em: <https://abrir.link/CmTL7>. Acesso em 18 de set. de 2023.

Em decisão unânime e histórica, STF proíbe o uso da ‘legítima defesa da honra’. Jornal Nacional, 1 de ago. 2023. Disponível em: <https://abrir.link/oPUtf>. Acesso em 2 de out. 2023.

Mulherio (1981-1987)

Nexo: Feminismo, Informação e Cultura (1988)

(Todos periódicos estão disponíveis no Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>)

“Nosso corpo nos pertence”: As mulheres proclamam, nos muros, sua **autodeterminação.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1980, ed. 00170B, p. 11. Disponível em: <https://abrir.link/M5oMa>. Acesso em 20 de set. de 2023.

Audiovisual

Quem Ama Não Mata. Direção: Tereza Trautman e Tomil Gonçalves. Produção: Álvaro Osório. Brasil: Rede Globo, 1982. Abertura da minissérie disponível em: <https://abrir.link/7hwLX>. Acesso em 19 de set. 2023.

Podcast

Praia dos Ossos. Locução de: Branca Vianna. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 2020. Disponível em: <https://spotify.link/kxijb97FTDb>.